

PROJETOS SOCIAIS E GERAÇÃO DE RENDA EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Eliane Salete Filippim¹, Silvio Santos Júnior², Tainara Natus³

RESUMO: A Reforma Agrária é questão geradora de conflitos, mas consiste em estratégia capaz de gerar desenvolvimento para significativa parcela da população. Considerando a relevância dessa questão, o estudo voltou-se para a estratégia de adensamento de renda entre assentados da Reforma Agrária, com a implementação do projeto social Nova Colheita, que beneficia membros da Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização do Meio-Oeste Contestado (Coopermoc), situada em Santa Catarina, Brasil. O objetivo central foi identificar a percepção dos participantes, no que se refere à geração de melhoria e continuidade do projeto. Os resultados permitem visualizar a percepção dos assentados em relação ao projeto e oferecem sugestões de melhoria para a sua gestão.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento. Gestão de projeto. Geração de renda.

SOCIAL PROJECTS AND INCOME GENERATION IN RURAL SETTLEMENTS

ABSTRACT: The Agrarian Reform has been the source of conflicts, but it is a strategy that can deliver development to a substantial part of the population. Considering the relevance of this matter, this study sought to look at it as a strategy to build up income among peasants, by the implementation of a social project called “Nova Colheita”, benefiting the members of “Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização do Meio-Oeste Contestado (Coopermoc)”, located in Santa Catarina, Brazil. The main goal was to identify how participants perceive the improvements and the continuity of the project. The results help to understand the peasants’ perspective of the project, and suggest improvements in its management.

KEYWORDS: Land reform settlements. Project management. Income generation.

1 Pós-doutora em Administração Pública e Governo. Doutora em Engenharia de produção e Sistemas (UFSC). Pesquisadora e Professora do Mestrado Profissional em Administração da Unoesc.

2 Doutor em Agronegócios (UFRGS). Professor e Pesquisador do Mestrado Profissional em Administração da Unoesc.

3 Graduada em Administração (Unoesc). Auxiliar Administrativa na Unimed (Joaçaba/SC) e membro de projeto social.

1 INTRODUÇÃO

A disputa pela terra parece ser tão antiga quanto a própria história da humanidade. Os primeiros históricos de lutas por terras no Brasil iniciaram com os povos indígenas que lutaram contra o mercantilismo (MST, 2009). Atualmente, no Brasil, a regulamentação desses conflitos é mediada pela Constituição Federal de 1988. Parte ativa do processo, o Movimento Sem Terra (MST), com 29 anos de história, lutou para fundar um movimento social camponês, visando a defender o direito à terra, à Reforma Agrária e às transformações sociais que julgavam necessárias para o país.

Conquistados alguns direitos, começaram a surgir os assentamentos rurais como estratégia de luta pela terra e para promover a reforma agrária no Brasil. Para Sales (2006, p. 46), “O ato de ocupar não é uma ação espontânea, pois envolve toda uma preparação, pressupõe todo um trabalho pedagógico de mobilização e organização”. Dessa forma, “assentar” não é um ato simples. Depois de dado o primeiro passo, que é o de ocupar terras, é necessário dar continuidade à trajetória dessas pessoas nas terras ocupadas, gerando alternativas de sobrevivência e de desenvolvimento sistêmico (ALVES; SILVEIRA, 2008).

Nesse contexto, com o objetivo de gerar alternativas para pequenos agricultores assentados no Meio-Oeste Catarinense, o MST, em conjunto com órgãos do poder público, elaborou um projeto denominado Nova Colheita, beneficiando os membros da Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização do Meio-Oeste Contestado (Coopermoc), residentes nos municípios de Vargem Bonita, Catanduvas e Água Doce, no estado de Santa Catarina, Brasil. Esse projeto, apoiado pela Petrobras, propunha a implantação de pomares de figo, ameixa e amora nas propriedades de 40 famílias assentadas participantes, cuja produção se destinaria ao mercado, para consumo *in natura*, como forma de auferir renda.

Dessa maneira, o objetivo deste estudo é relatar a situação atual desses assentados e identificar a percepção deles no que se refere à geração de melhoria e continuidade do projeto Nova Colheita. A pesquisa surgiu de uma demanda oriunda dos dirigentes da Coopermoc, e pretende entender a visão e as perspectivas de futuro dos *shareholders* do projeto. Esta pesquisa procura, portanto, atender, além da finalidade de estudo científico, o objetivo de contribuir para a gestão que a Coopermoc faz do projeto Nova Colheita.

Salienta-se que, embora a gestão de cooperativas tenha larga bibliografia que lhe dá amparo, a gestão de projetos sociais, no âmbito de cooperativas, ainda consiste em campo que demanda estudos tanto teóricos quanto empíricos, e aí reside a contribuição maior deste estudo.

Após essa introdução, apresentam-se os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa, uma revisão bibliográfica sobre Reforma Agrária, Assentamentos, Projetos de Geração de Renda e Associativismo. Em seguida, mostram-se os achados da pesquisa aplicada com assentados da região Meio-Oeste de Santa Catarina que fazem parte do projeto Nova Colheita e as considerações finais do estudo

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica e caracteriza-se como pesquisa aplicada. A pesquisa aplicada é um tipo de pesquisa “voltada à aquisição de conhecimentos

com vistas à aplicação numa situação específica” (GIL, 2010, p. 27), na qual se utilizaram recursos qualitativos e quantitativos. A pesquisa, de caráter exploratório, permitiu a aprendizagem sobre vários aspectos que se relacionam aos temas em estudo. Segundo Gil (2010, p. 27), “as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”. Caracteriza-se, ainda, como descritiva, já que estuda e descreve as características de um grupo e suas percepções, trabalhadas a partir de dados demográficos.

A amostra da pesquisa foi constituída por duas unidades de análise: a primeira unidade é composta por 31 assentados, representantes das 40 famílias que participam do projeto Nova Colheita, distribuídos em seis assentamentos: IX de Novembro, Olária, Terra a Vista, Santa Rita, 1 de Agosto e 25 de Julho, todos localizados no Meio-Oeste Catarinense. Como instrumento para coletar dados dessa unidade, utilizou-se um questionário contendo 32 questões, composto por quatro partes: 1) a primeira visava ao conhecimento dos dados demográficos (idade, sexo, estado civil, religião, renda, entre outros); 2) a segunda solicitava que os entrevistados respondessem sobre a propriedade e a produção (tipos de atividades, produtos produzidos, criações, entre outras); 3) a terceira parte demandava informações sobre a comunidade (os pontos fortes e fracos, oportunidades de lazer e maiores problemas); 4) a quarta e última parte solicitava informações sobre o projeto Nova Colheita (o tempo que participavam do projeto, o número de plantas que cultivavam e sugestões de melhorias).

Outro instrumento de pesquisa utilizado, desta vez para investigar a segunda unidade de análise, foi uma entrevista semiestruturada, que foi aplicada a lideranças dos assentamentos. Foram entrevistados quatro membros do projeto, três membros da direção e assistência técnica. A investigação versou sobre a percepção dessas pessoas acerca do projeto Nova Colheita. As entrevistas foram aplicadas em abril de 2013, tratando-se, pois, de estudo de corte transversal. As respostas dos entrevistados nessa etapa foram codificados (E1, E2, E3, E4 e E5), para preservar a identidade destes.

Os dados obtidos foram operacionalizados e transformados em informações, sendo analisados e relacionados à revisão bibliográfica para atingir o objetivo central da pesquisa.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta seção faz uma revisão da literatura sobre: 1) Reforma Agrária; 2) Assentamentos rurais; 3) Projetos de Inclusão Social; 4) Associativismo e Cooperativismo.

A Reforma Agrária é um sistema para redistribuir terras. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Reforma Agrária proporciona condições para desconcentrar e democratizar a estrutura fundiária no Brasil, além de combater a fome e a miséria, produzindo alimentos básicos e gerando renda, diversificando também o comércio dos serviços no meio rural, interiorizando os serviços públicos básicos e dessa forma, reduzindo a migração campo-cidade em prol de uma democratização da cidadania e da justiça social (INCRA, 2011). Para Melgarejo (2001, p. 60):

[...] a reforma agrária associada a outras políticas [...] e instrumentos [...] leva ao fortalecimento da agricultura familiar, permite a consolidação de mercados internos

e a construção de atividades econômicas que se espraiam para outros setores, levando à estruturação de tecidos sociais estáveis, no campo e nas cidades.

Observa-se que o objetivo maior é harmonizar a qualidade de vida das pessoas. Porém, segundo dados do IBGE, até o ano de 2009, a situação agrária no Brasil permaneceu inalterada nos últimos 20 anos. No país, 330 milhões de hectares, o equivalente a 36% de todo o território nacional brasileiro, são destinados à agropecuária e aproximadamente 141,9 milhões de hectares são latifúndios.

O problema fundiário no Brasil não é um assunto “novo” nem desconhecido. Dados históricos mostram que o problema fundiário no país remonta aos anos de 1530 (INCRA, 2012), e somente em 1950 é que a sociedade começa a debater, efetivamente, a questão agrária. Nessa época surgem as primeiras Ligas Camponesas e, a partir delas, criou-se a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), combatidas pelo regime militar da época.

[...] numa forma de ‘contradição positiva’, o Governo Federal militar estabelece novas diretrizes para a questão fundiária, elaborando o Estatuto da Terra que foi editado da lei nº 4.504, de 1964; criando o *Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)* e o *Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)*, em substituição à antiga SUPRA (REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL, 2012).

Esses órgãos serviram para normatizar o sistema de Reforma Agrária no Brasil. Seus planos, porém, nunca saíram do papel. No ano de 1970, surgiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que até hoje é o órgão responsável pelas questões agrárias no país. Na época, o INCRA criou um novo plano Nacional de Reforma Agrária para distribuir terras a 1,4 milhões de famílias. Não obtiveram, porém, êxito. O INCRA

[...] não obteve êxito perante a meta traçada de 1,4 milhões de famílias, observando-se, em 1989, um quociente de 82.689 famílias assentadas em pouco mais de 4,5 milhões de hectares, bem abaixo da meta estipulada pelo novo plano de reforma agrária (REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL, 2012).

Depois disso, a reforma agrária no país ficou parada até o ano de 1996, quando o tema passou a ser tratado diretamente pela Presidência da República, via Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Em 14 de janeiro de 2000, a partir do decreto 3.338, o Governo cria, em definitivo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que se torna o órgão responsável pela política de reforma agrária atual, incorporando também o INCRA em sua estrutura. A partir de então, foi possível trabalhar mais profundamente a questão agrária do país.

Diante da realidade agrária pós-revolução industrial, na qual pessoas excluídas do processo começam a “invadir” terras para produzir seu sustento, as famílias experimentam um novo processo de adaptação e se organizam para reivindicar/ocupar terras, formando os assentamentos. Para Sales (2006, p. 89), um assentamento rural “[...] é um processo de luta, convivência, sociabilidade, experimentado nas ocupações de terra”. Os assentamentos rurais não são, pois, apenas lugares de trabalho, conforme descrito pela Secretaria Nacional do MST,

Assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, morar, estudar e garantir um futuro melhor à população. São conquistados direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro: trabalho, casa, escola e comida (MST, 2010, p. 19).

Além de lutarem contra o grande número de latifúndios existentes no país, os assentamentos têm uma representatividade histórica. “Os assentamentos representam o desfecho de um processo no qual o monopólio da terra e o conflito social são superados” (MST, 2010, p. 19). Os assentados lutam a favor de seus direitos, para poderem se organizar econômica e politicamente, na sociedade e no ambiente. “[...] os assentamentos são criados dentro de uma política fragmentada de resolução de conflitos e políticas assistenciais. [...]” (MST, 2010, p. 20).

Nesse processo, a história do município que recebe um assentamento é marcada social e economicamente. A instalação de um assentamento permite que se produzam alimentos para moradores das cidades pequenas, além de gerar renda para os assentados:

Em primeiro lugar, a terra ganha uma função social. Em segundo lugar, um conjunto de famílias ganha instrumentos para a sua sobrevivência. Depois de um período, constroem a casa, conquistam a escola e começam a produzir. A produção garante o abastecimento de alimentos aos moradores das pequenas cidades e gera renda às famílias assentadas (MST, 2010, p. 20).

Os assentados, segundo o MST (2010, p. 20), são responsáveis por 40% da renda da produção agropecuária do Brasil e mesmo tendo suas terras em condições precárias, esses assentados creem na melhora de sua condição de vida: “[...] 87% das pessoas entrevistadas dentro dos assentamentos acreditam em um futuro melhor” (MST, 2010, p. 21).

Dessa forma, a criação de assentamentos rurais no país refere-se à luta constante por uma sociedade igualitária, que busca o aprimoramento das políticas que possibilitem o desenvolvimento de famílias que até então não tinham condições de sobrevivência e de inserção na sociedade, diminuindo, também, conflitos por terras e ajudando no desenvolvimento do país.

Projetos de inclusão social devem apoiar essa luta por uma sociedade holisticamente humana e, embora não se apliquem exclusivamente à questão agrária, são importantes peças no equacionamento da problemática do homem no meio rural e de seus conflitos.

Com o objetivo de enfrentar o desemprego, a pobreza e a desigualdade social, surgem projetos de inclusão social, de geração de renda e de inserção no mercado de trabalho, patrocinados por organizações governamentais e não governamentais. Além de aumentar a demanda de trabalho, eles proporcionam qualidade de vida, desenvolvendo competências nos indivíduos, geralmente via cooperativismo e/ou associativismo.

É importante ressaltar que os projetos de inclusão social pretendem auxiliar no desenvolvimento de indivíduos carentes e que, de alguma maneira, encontram-se marginalizados da sociedade a encontrarem novos rumos para seguirem suas vidas de forma digna. Com esse intuito, várias empresas se propõem a desempenhar papel ativo na luta contra essas desigualdades sociais.

Uma delas é a Petrobras, que foi fundada em 1953 (PETROBRAS, 2012). Com 59 anos de história no desenvolvimento do setor petroquímico brasileiro, é uma empresa também reconhecida pela criação de diversos projetos sociais, como: de geração de renda e trabalho, de educação para qualificação profissional e de garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Para a Petrobras, os projetos de geração de renda auxiliam no desenvolvimento das pessoas em busca de um mundo melhor.

A Petrobras tem compromisso com a geração de riqueza, com a ampliação da soberania e com a construção de um país onde todos os brasileiros e brasileiras, reconhecidos e respeitados em suas diferenças, tenham direito às mesmas oportunidades de acesso aos benefícios do desenvolvimento (PETROBRAS, 2012).

Em geral, esses projetos de inclusão social, dado suas características, se dão via associações e/ou cooperativas.

O associativismo surgiu da necessidade do homem de unir esforços para a busca de objetivos que seriam mais difíceis de serem alcançados de forma individual. Assim, as associações são criadas para trabalharem em prol dos interesses do grupo e não apenas de um indivíduo.

Uma das formas de associação, fortemente estimuladas, é o cooperativismo. Em um cenário de competição, de desemprego e de luta por igualdade social, o sistema cooperativo aparece como uma alternativa para fazer frente à realidade imposta pelo sistema, e, no século XXI, ganha força. “Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o cooperativismo é um modelo socioeconômico que objetiva o desenvolvimento econômico aliado ao bem-estar social. Seus princípios são participação democrática, solidariedade, independência e autonomia” (MORAIS et al., 2011).

As cooperativas surgem da união de um grupo de pessoas que não são nem proprietários nem empregados, considerados cooperados, com o objetivo de trabalharem juntos para produzir e se ajudarem de forma coletiva, trazendo benefícios econômicos para o grupo e para a comunidade, e lutando contra a desigualdade social. No Brasil, entretanto, o cooperativismo agrícola foi inicialmente introduzido como forma de modernizar a agricultura. Segundo Scopinho (2007, p. 3):

No Brasil, não é de hoje que o cooperativismo rural tem sido visto como mecanismo de modernização da agricultura, estratégia de crescimento econômico ou instrumento de mudança social. [...] – popular e institucional – deste movimento, colocando em questão o seu caráter de contestação ou de controle social.

O mundo rural, por outro lado, busca formas de harmonizar a economia, a cultura e a sociedade rural, tentando aproximar sua realidade à realidade imposta pela economia industrial. Observam-se esses impactos em todo o histórico do processo de industrialização (POLANYI, 2000). Assim, o cooperativismo no meio rural aproxima as pessoas em um contexto de sobrevivência e de igualdade social. Dessa forma, eles podem produzir sem precisar depender de um “chefe”, sem ter que ser escravizados. Cada um tem a sua forma de produção e de participação nas cooperativas. Isso ajudou muito nos movimentos sem terra

e nos assentamentos rurais, protegendo-os contra as adversidades culturais ainda existentes nesse meio.

Economicamente, a cooperação configura-se como uma estratégia de proteção dos trabalhadores contra as adversidades historicamente vivenciadas pela pequena produção rural. É uma forma de administrar a escassez e enfrentar a pobreza, pois a quantidade de terra e os créditos recebidos do Estado para produzir são, individualmente, insuficientes. Neste aspecto, o cooperativismo desenvolvido pelo MST não se diferencia do cooperativismo tradicionalmente desenvolvido no Brasil. Se há uma diferença, ela está na tentativa de rever o modo de organização da produção, incorporando os princípios da agroecologia e da cooperação (SCOPINHO, 2007, p. 5).

Visto nesse cenário, o cooperativismo é uma forma de organização importante para assentados, não apenas na geração de renda, mas também para melhoria das condições de vida, pois é por meio das cooperativas que essas pessoas conseguem melhorias, como moradia, saúde, segurança e lazer, entre outras. Segundo Scopinho (2007), “Esta dimensão da cooperação, [...], aliada à geração de renda, é essencial para possibilitar a permanência das famílias nos assentamentos e evitar novos êxodos rurais”.

Assim, o cooperativismo é levado muito a sério por estas comunidades de assentados, pois é por meio do cooperativismo que eles encontram formas de se desenvolver, visto, então, como uma forma de sobrevivência e um modo de resistência, continuando suas vidas nas terras ocupadas, deixando de lado a ideia de voltar para as cidades, evitando, assim, problemas urbanos existentes há anos na sociedade.

Para este estudo, a partir da literatura sintetizada, agruparam-se os dados nos seguintes tópicos: dados demográficos dos sujeitos da pesquisa, características da produção e da vida nos assentamentos e a percepção sobre o projeto Nova Colheita.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

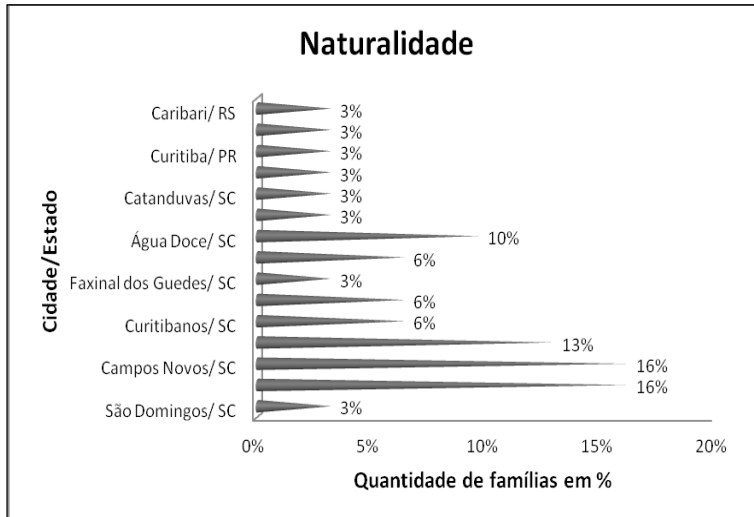
Neste bloco são apresentados os dados coletados na pesquisa, por meio do questionário, da entrevista e da observação, e sua análise.

4.1 Os sujeitos da pesquisa

Dos respondentes do questionário, 77% são do sexo masculino e 23%, do sexo feminino. Observa-se que vários membros do grupo familiar estavam presentes quando foi aplicado o questionário, contudo os grupos familiares deixavam aos homens, pais da família, a incumbência de respondê-lo. O episódio observado pelos pesquisadores pode significar que, nesse grupo, ainda há a predominância do sexo masculino como chefe de família (tomador de decisão).

Os respondentes migraram de vários estados e municípios até chegarem ao assentamento em que vivem hoje. Essa mobilidade é característica das populações que estão inseridas em lutas pela terra. O Gráfico 1 ilustra a origem dos respondentes.

Gráfico 1 - Naturalidade dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa.

Dados coletados na entrevista ratificam a caminhada desses indivíduos ativos na busca de alternativas de sobrevivência, conforme relata E1:

[...] na verdade eu fui *pra* um acampamento, né, porque antes de ir *pra* um assentamento vai para um acampamento, né, [...] fui *pra* um acampamento ainda em [19]99, e depois fui assentamento aqui em Água Doce em 2004, e 2009 em Catanduvas [...] o que me levou ir *pro* acampamento... Meu pai tem terra lá no Campo Erê, é agricultor, mas não dava *pra* tudo nós, *semo* em nove irmãos, e *comprá* terra não *temo* recurso. *Achamo* melhor ir *pra* um acampamento de um MST. Através dessa luta que eu fui acampado, hoje eu sou assentado, né [...].

A busca de melhor qualidade de vida, nos assentamentos rurais é constante. Observa-se que questões ligadas às necessidades básicas ainda não estão totalmente atendidas para essa população. Segundo E5, “[...] na verdade, o problema aqui do assentamento [...] é a água”. Mas, concomitantemente, se percebe que há satisfação por parte dos assentados, como ilustra E1:

[...] onde tem gente tem problema, né, mas interna até que não, porque nossa luta é [...] externa: latifúndios, burguesia. Mas o assentamento é um espaço muito bom de viver, principalmente o assentamento onde eu moro. Lá hoje *nóis* produzimos de tudo. O sustento das famílias saem do assentamento e o excedente vendemos *pra* CONAB [...] o espaço que eu moro é muito bom, eu gosto de morar lá [...] o problema é a luta externa.

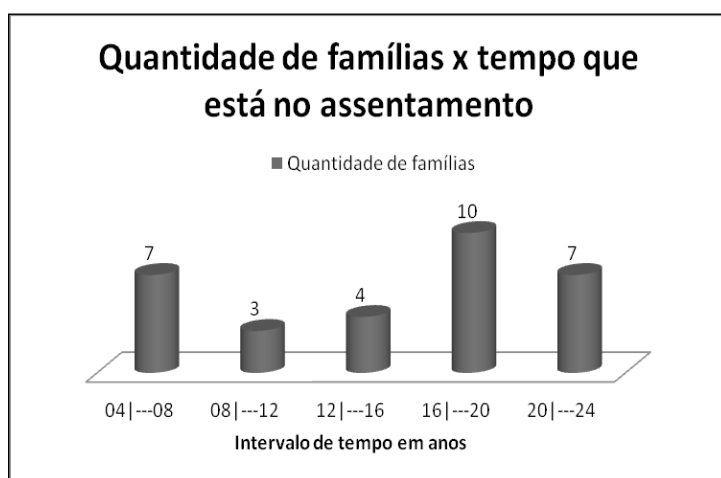
Antes de chegarem aos assentamentos, os respondentes exerciam diversas atividades predominantemente agrícolas: 94% dos respondentes do questionário declararam que antes eram agricultores e pertenciam a famílias com tradição na agricultura. Quando questionados sobre o que os motivava a morar nos assentamentos, foi possível perceber que

estão trabalhando na agricultura porque se identificam com a atividade e, sobretudo, pela percepção de autonomia e de qualidade de vida, como relatou E1 sobre o que o motiva a residir no assentamento:

É trabalhar na agricultura né, porque eu sempre gostei da agricultura e no assentamento eu não trabalho de empregado, trabalho autônomo, tiro o sustento de lá e o que me impulsiona lá é produzir alimentos saudáveis, hortaliças, produtos agroecológicos, né, tudo que *nós produzimo* lá é agroecológico. É isso que me leva segurar lá.

A maioria dos respondentes (17) do questionário estão nos assentamentos há mais de 15 anos, como mostra o Gráfico 2, trazem um histórico de lutas pela terra, de conflitos e de negociações.

Gráfico 2 - Quantidade de famílias X tempo em que está no assentamento



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à escolaridade, observa-se que 87,5% dos respondentes são alfabetizados, mas nenhum deles chegou a continuar os estudos depois de concluir o ensino médio. Sobre o estado civil, 84% declaram ser casados e, dos 31 entrevistados, apenas 6% se declaram solteiros.

A religião Católica é predominante na comunidade, sendo 74% dos entrevistados praticantes dessa afiliação religiosa e 16% declararam praticar outra religião. Dos respondentes, 6% afirmaram que não possuem religião alguma e 3% alegaram que são de outras religiões, não declinando qual. Os pesquisadores observaram em campo que a Igreja Católica auxilia na coesão desse grupo social, pois a presença na igreja é considerada uma forma de entretenimento e de encontro para as famílias entrevistadas.

Dos assentados entrevistados, alguns contaram aos pesquisadores que seus familiares (jovens) estão se deslocando para trabalhar nas cidades para poder ajudar no sustento da casa. Continuam morando nos assentamentos, mas trabalham nas indústrias, deixando para os mais velhos a tarefa de trabalhar na lavoura, como comenta E4: “Os meus filhos *tão* no

assentamento, mas tipo assim: tem o meu filho mais velho que casou, *tá* morando no lote com a gente, mas trabalha fora *pra* poder sobreviver, porque só do lote a gente não tira *pra* sobreviver [...]”.

Segundo algumas lideranças entrevistadas, é comum os jovens saírem dos assentamentos para estudar e não voltarem mais para o campo, por diversos fatores. Dos 31 respondentes do questionário, entretanto, 20 afirmaram que nenhum membro de suas famílias migrou ainda para a cidade. Nessa contradição, as lideranças afirmam que essa diminuição esta evasão. E2 afirmou: “[...] ultimamente *tá* menos, bem menos de pessoal saindo. *Mais* são os jovens que querem trabalhar em outras coisas”. Já E5 busca explicar essa nova tendência quando argumenta: “Eu acho que tem um pessoal que prefere ficar aqui, o pessoal não quer ir *pra* cidade. Você sabe que na cidade tudo é diferente, tudo se paga, por isso que o pessoal nosso não gosta”. Interessante notar, também, nessa fala, a identificação coletiva que parece haver entre os assentados, pelo uso da expressão “o pessoal nosso” pelo entrevistado.

Embora a porcentagem de pessoas que saíram dos assentamentos seja menor do que as que continuam neles, as dificuldades para manter os jovens no campo existem e foram levantadas pelos entrevistados. Dentre os maiores problemas aos quais se atribui essa dificuldade de retenção estão: renda baixa, dificuldade para estudar, falta de lazer na comunidade e vontade do jovem de conhecer e ter as mesmas oportunidades que a cidade oferece. Sobre isso, E2 observou que dentre as maiores dificuldades que os jovens e os demais assentados encontram morando nos assentamento estão:

Lazer para as juventudes, incentivo, né, *pra* juventude. *Nóis*, no meu assentamento, a gente tem dificuldade: não tem linha de celular [...], não tem posto de saúde, tem que ir pra cidade... E falta incentivo por parte das prefeituras *pra* dar essas melhorias nos assentamento. Ah, e as estradas.

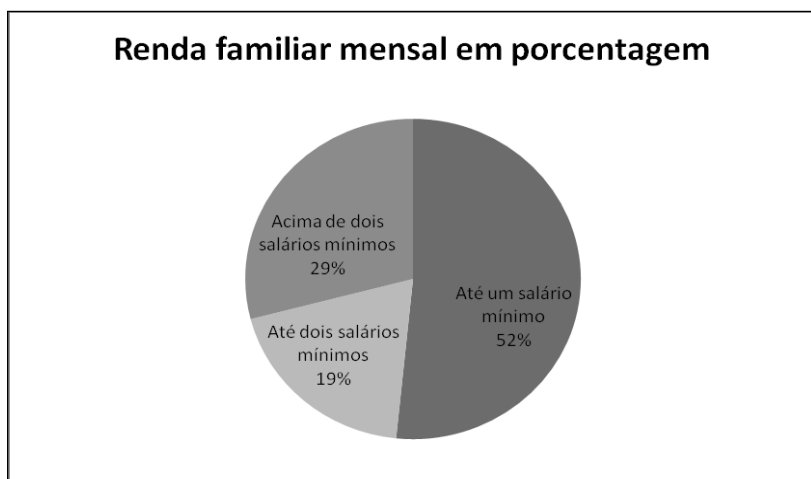
E3 também percebe dificuldades existentes em seu assentamento: “Eu acho que a questão de infraestrutura, as estradas são um pouco precárias, [...] hoje é um ou dois assentamentos que têm sinal de celular, não tem telefone, não tem *internet*”. Observa-se que a comunicação e a mobilidade muito preocupam o grupo social entrevistado. É de se supor que esses mesmos fatores, se não solucionados, causem impacto quando da etapa de comercialização dos produtos do projeto Nova Colheita.

4.2 Características da produção e da vida dos assentados

Com relação à renda, tomando por base o salário mínimo vigente no ano de 2012 (R\$ 622,00), os dados obtidos são apresentados no Gráfico 3, no qual se percebe que a maioria dos entrevistados recebeu, no último mês de trabalho, apenas um salário mínimo. Esse fato espera-se que seja alterado com a produção das frutíferas do projeto Nova Colheita nos assentamentos, gerando renda maior aos assentados partícipes do projeto, uma vez que ele ainda não entrou na fase produtiva.

Como comentou E1, quando perguntado sobre a motivação que o projeto está dando a eles, “Quando começar a colheita do próprio produto é que vai motivar a participar mais [...], que eles participam hoje com a esperança de começar a colheita”.

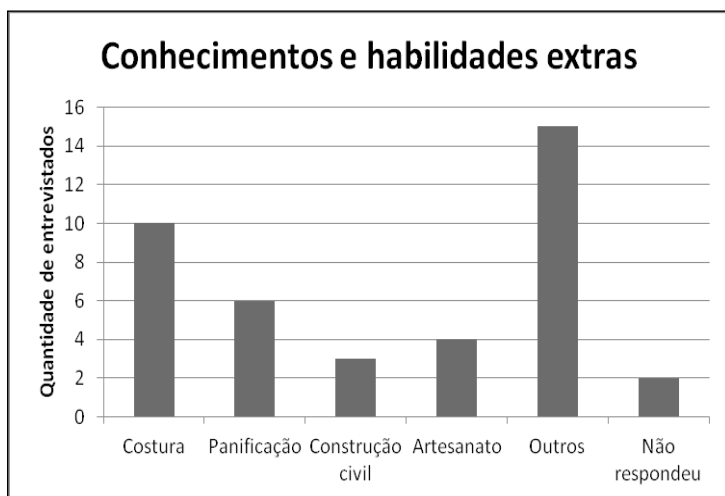
Gráfico 3 - Renda familiar mensal



Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre as outras atividades geradoras de renda, 70% dos respondentes do questionário declararam que encontraram outras formas de aumentar a renda familiar, utilizando algumas das habilidades que conquistaram com o passar do tempo e que são passadas de geração em geração. As atividades não agrícolas que os assentados desenvolvem estão apresentadas no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Conhecimentos e habilidades extras



Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as 15 pessoas que responderam que exercem outras atividades, indicaram atuar em serraria, indústrias da região, como diarista e como agente de saúde e. As principais atividades exercidas pelos assentados, entretanto, são a agricultura e a pecuária, com 51% dos respondentes informando que retiram a sua renda diretamente da agricultura e 19%, da pecuária.

Nos assentamentos observados, a maior produção é: leite, feijão, milho e o plantio de hortaliças. Além de produtos agrícolas, muitas famílias têm pequena produção de bovinos, suínos e aves, que também auxilia na geração de renda. Ainda no que se refere à renda, 60% dos respondentes disseram que transformam os produtos *in natura*, produzindo geleias, queijos, conservas e doces, entre outros produtos.

Quando os entrevistados foram perguntados sobre a vida no assentamento, E4 comentou sobre o que a motiva a ser assentada:

[...] Deixa eu te dizer, *nóis* primeiro lugar é o sossego. *Tu viu* o sossego que a gente tem? Mas sei lá, aqui a gente se anima porque aqui *temo* uma carne [...], *nóis* no caso sempre carneia uma criação. Tem galinha, tem porco, no caso é tudo natural. Já não precisa de mercado. Verdura, legumes, batata, mandioca, essas *coisa* a gente não compra também. Se a gente *tivesse* na cidade, a gente teria que comprar [...].

As maiores queixas dos entrevistados sobre a vida no assentamento foram referentes à saúde e às estradas. Dezesesseis por cento informaram que esses são os problemas mais graves das comunidades, pois ainda necessitam ir às cidades próximas para encontrar um médico, entre outras demandas que possuem por serviços públicos não disponíveis no meio rural onde vivem.

Diante disso, muitos afirmam que a distância entre o assentamento e as sedes dos municípios não é o problema maior, mas sim a situação precária das estradas, fazendo com que o isolamento fique maior.

Outros problemas apontados pelos entrevistados foram referentes à educação. A partir da quinta série os jovens precisam ir até a sede dos municípios próximos para continuar a estudar, levando vários desses jovens a estudarem apenas nos assentamentos e depois não continuarem seus estudos. Aqueles que continuam os estudos, porém, muitas vezes, não voltam para os assentamentos rurais.

Essa saída dos assentamentos para a cidade preocupa alguns dos assentados, como comenta E4 com relação às suas preocupações sobre o que a cidade oferece aos jovens, diferente da realidade do campo:

[...] Na educação das crianças no interior me parece, como é que te digo, é mais fora da junção de muita criança, sei lá o que, porque parece que é mais fácil. Que nem na cidade não é fácil, né, *pra* gente conseguir educar as crianças. Envolvimento com drogas, prostituição, essas coisas, né, e já no interior, se você dá duro, é mais fácil de controlar essas coisas, não que não existe também, mas é menor.

Os assentados apontam dificuldades também quando questionados sobre o lazer na comunidade. Vinte e cinco por cento responderam que não há lugar apropriado para o

lazer das crianças e jovens e que isso é um ponto importante que deve ser tratado de forma prioritária pelos governantes do município. As únicas alternativas de lazer oferecidas são jogos, como: baralho, sinuca e futebol, além das festas promovidas pelas igrejas.

A escola da comunidade também é considerada um ponto que deve ser melhorado, pois 21,63% dos respondentes acreditam que o estudo das crianças da comunidade deve ser prioridade pública.

4.3 A percepção sobre o projeto

Os assentados deixam claro que se sentem parte integrante do projeto Nova Colheita. Nesse sentido, E2 afirmou: “Eu me sinto bem porque eu *tô* ajudando e *tá* dando certo”. E4 também disse: “Eu me sinto muito feliz por ser beneficiada”. Quando perguntados sobre como veem o projeto Nova Colheita, E1 enfatizou como foi positivo esse incentivo na vida dos assentados que fazem parte dele:

Pra nós muito positivo, né. Agora conseguimos produzir e plantar ameixa, figo e amora, né, *pra* nós começar a produzir agora é uma renda a mais que vamos ter no lote, né, não é uma renda grande, mas vai fomentar a produção. Além do P.A. do leite, nós *vamo* ter também a fruta que vai somar a nossa renda, que, se a gente for plantar por conta, não consegue, né, porque é caro *pra* gente plantar, e com o projeto agora *vamo* ter um pequeno pomar que vai ajudar na nossa subsistência. [...] e o importante é a renda, né [...], o Nova Colheita foi uma levantada nas famílias.

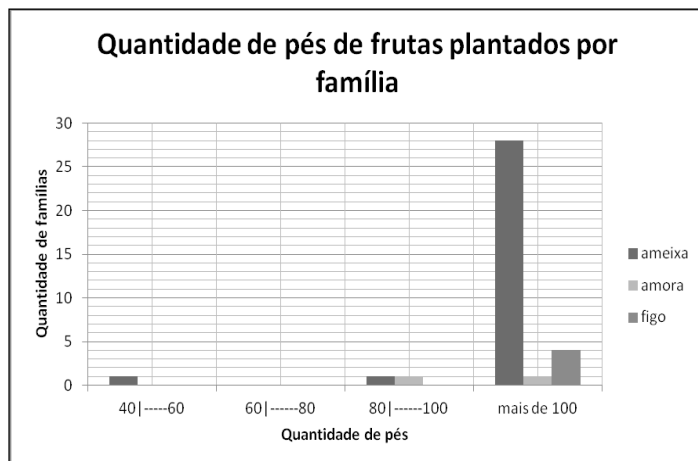
O Projeto implantado fez com que os assentados desde o início dessem seu melhor para o sucesso do empreendimento. E5 conta como se deu o processo de plantio em sua terra:

Pois *oia*, esse foi um projeto que nós *apostemo*, inclusive dei um dos melhor pedaço de terra que eu tinha que é bem aqui na frente, que é mais fácil da gente trabalhar. Eu acredito nesse projeto porque é uma renda que chega *pra* nós com pouco custo, porque o resto das coisa a gente tem que investir e aqui nós só *tivemo* o trabalho de plantar e de cuidar.

Outro ponto positivo do projeto e também o objetivo central, a geração de renda, é enfatizado por E3, quando perguntado sobre o que o projeto tem de bom. “O melhor dele é a oportunidade concreta de geração de renda. [...] agora é só seguir com os cuidados e colher os frutos”.

Com relação ao tempo de permanência no projeto Nova Colheita, dos respondentes, 68% fazem parte do projeto desde o início, 19% há 3 anos e 7%, de 3 a 6 anos. Produzem figo, ameixa e amora. O Gráfico 5 demonstra a quantidade dessas frutíferas por família participante do projeto.

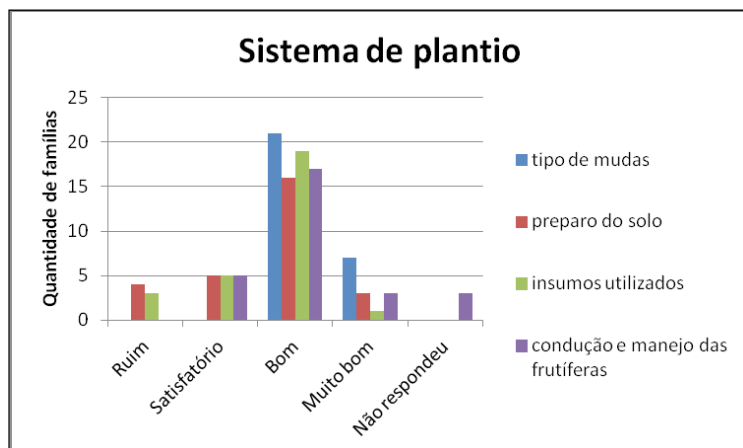
Gráfico 5 - Quantidade de frutíferas plantados por família



Fonte: Dados da pesquisa.

Quando inseridos no projeto, vários suportes foram oferecidos a todos que faziam parte dele, como os tipos de muda, preparo do solo e os insumos utilizados, além da condução e do manejo das frutíferas. No questionamento sobre esses processos, os respondentes foram solicitados a atribuir avaliação a esses quesitos, do ruim ao muito bom. A maioria respondeu que os quatro suportes inicialmente oferecidos foram considerados bons.

Gráfico 6 - Percepção sobre o projeto no sistema de plantio



Fonte: Dados da pesquisa.

Para que um projeto de inserção dê certo, há necessidade de cooperação sistêmica de diversos atores. E, notadamente para este caso em particular, do poder público. Na entrevista, os assentados informaram que, no início, receberam ajuda das prefeituras, conforme a fala de E1:

No início eles ajudaram na preparação do solo, né, [...] o apoio inicial os três município deram, né, *pra* preparar o terreno *pra* plantação [...] e agora com os pomar *implantado* não tem muita necessidade *deles* contribuir também, né. Aí nem *buscamos* muito o apoio, né, mas mais no início foi buscado.

E2 também conta como foram os trabalhos das prefeituras no início do Projeto. “[...] É, foi peleadado no começo, *teve* uns *município* que se *dedico* mais, outros menos, mas assim um pouco de cada um *teve*, mas aquela coisa assim, né, não sei se acreditam ou não acreditavam no projeto. E ficaram um pouco meio *ressabiado* [...]”.

Em relação ao envolvimento dos assentados no projeto, E3 contou: “Hoje, assim, digamos, uns 90% o pessoal [...] não vou dizer 100% porque têm uns quatro, cinco produtores que você tem que ficar cobrando mais. Mas a maioria *tá* contente, *tá* participando. O pessoal cumpriu as orientações. Positivo, né”.

Na observação de campo, pôde-se perceber que as lideranças dos assentados parecem estar adequadamente integradas ao Projeto. Promovem reuniões com os assentados a fim de fazer com que suas decisões sejam transparentes e tomadas em conjunto, como afirma E3: “É de uma forma participativa, né [...] não tem chefe [...] participativa e democrática também”. Assim, declaram os entrevistados, as lideranças se esforçam para o bem-comum, como comenta E5: “Olha, eu acho que eles têm trabalhado bastante para que todos, pelo menos uma boa parte do pessoal, tenham todos os privilégios que nós *temo*, e eles batalham”.

As principais decisões também não são tomadas de forma centralizada, como declarou E1: “É em grupo, o pessoal da assistência técnica e a coordenação vai lá e discute. Ó, *precisamos* disso, disso e disso, o que que vocês acham? A cooperativa dá o suporte *vamos* se dizer mas a decisão final é tomada sempre no grupo”. Esse fato impulsiona os assentados a produzirem de forma pacífica, em que existem poucos conflitos e todos produzem para o bem comum dos assentados.

Nesse sentido, mostram-se preocupados com a pequena quantidade de famílias que participam do Projeto em relação ao número total de famílias residentes nos assentamentos. Afirma E2: “[...] o problema é que atingiu só 40 famílias [...] um projeto novo que ninguém conhecia que deu certo e *tá* dando certo. Não deu nada de errado que frustrou [...]. As coisas só foram evoluindo, só foi *pra* frente”. O Projeto é visto como uma forma de motivação, que incentiva os produtores a permanecerem no meio rural, criando alternativas de geração de renda a partir da cooperação.

5 OPORTUNIDADES DE MELHORIA PARA O PROJETO NOVA COLHEITA

Um dos pontos mais destacados pelos entrevistados foi a necessidade de ampliar a abrangência do Projeto. Hoje são 40 famílias, beneficiadas de um total de 283 que moram nos assentamentos. Nesse caso, uma oportunidade de melhoria seria o aumento de famílias beneficiadas, já que apenas uma parcela de famílias participa do Projeto. Acreditam os entrevistados que, quanto mais famílias participarem, melhores serão as condições de vida e melhor será o desenvolvimento dos assentados da região.

Outro ponto discutido é o tempo de duração do Projeto, pois ele foi financiado para dois anos pela Petrobras. E3 comenta sobre essa dificuldade: “De ruim é o tempo de

duração dele, porque ele é um Projeto que foi *pra* dois anos. Tendo em vista que fruticultura leva três anos *pra* você começar a ter os primeiros retornos, então acho que isso é o pior do Projeto”.

Assim, o Projeto foi planejado e executado, mas os assentados, com razão, acreditam que isso não foi o suficiente, já que precisam de assistência técnica para auxiliá-los nos cuidados com as plantas e na colheita das frutas. Como explica E1, é necessário: “[...] segurar a assistência técnica mais dois, três anos, né, até a família começar o trabalho, né, porque ainda agora *tá* mais nessa parte do cuidado da folha. Aí, quando começar o fruto, tem que ter uma assistência de perto *pra* cuidar do fruto”.

Soube-se, depois de aplicada a entrevista, e em contato com o engenheiro agrônomo responsável pelo Projeto, que um novo projeto dará continuidade aos trabalhos deste primeiro. O novo projeto, chamado Frutos da Terra, com duração de dois anos, foi aprovado pela Petrobras e irá beneficiar os atuais associados do Nova Colheita e incluirá outras 20 famílias de assentados da região. O novo projeto Frutos da Terra visará, também, a reestruturar a agroindústria dos assentamentos, para agregação de valor aos produtos, além de proporcionar a oportunidade de contratação de mais um técnico agrícola e de mais um coordenador. Além disso, serão adquiridos equipamentos que ajudarão no desenvolvimento do Projeto, como uma máquina de classificação de frutas, *containers* frigoríficos para armazenagem temporária das frutas e mais um veículo para deslocamento da equipe técnica. Ele seguirá as mesmas diretrizes do Projeto anterior (Nova Colheita), e receberá recursos de R\$ 1.200.000,00 para mais dois anos, com a possibilidade de renovação.

Dessa forma, o projeto Nova Colheita atinge seus objetivos e não sofre solução de continuidade, demonstrando que foi planejado e executado a contento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento Sem Terra (MST) é um movimento social camponês para defender seus direitos pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais. Os assentamentos rurais são a estratégia de luta para transformar a sociedade rumo a uma coletividade justa e igualitária. Exemplo disso é caso em estudo, no qual se explorou o projeto Nova Colheita, que, com a atividade de fruticultura, busca gerar recursos para maior autonomia das 40 famílias envolvidas que se encontram distribuídas em nove assentamentos no Meio-Oeste Catarinense.

Neste estudo, buscou-se, como objetivo geral, compreender qual é a percepção dos integrantes do projeto Nova Colheita acerca dele e entende-se que o objetivo foi alcançado. Resume-se a percepção dos participantes do projeto acerca dele nos seguintes tópicos:

- a) Os entrevistados consideram o Projeto altamente positivo, uma vez que permitiu a produção de uma nova atividade nas suas propriedades;
- b) Acreditam que, quanto mais famílias participarem do Projeto, melhor se dará o crescimento dos assentamentos da região, evitando o êxodo rural e auxiliando na reforma agrária no país;

- c) Veem na assistência técnica do projeto uma forma de auxílio no crescimento de suas propriedades e no aumento da renda, e acreditam que, quanto mais se investir na assistência técnica, maior será o retorno para cada assentado que participa do Projeto;
- d) Encontraram, por meio do cooperativismo, uma forma de desenvolver a comunidade;
- e) O Projeto fez com que seus participantes tenham esperança de um futuro melhor para suas famílias e para a comunidade.

Assim, foi possível observar que o projeto Nova Colheita tem influenciado no desenvolvimento desses assentados e que ele ainda tem muito a contribuir com essas comunidades, por meio de assistência técnica, aprofundamento das formas de associativismo e, sobretudo, de incremento na sua gestão.

A entrevista feita com os assentados que fazem parte do projeto Nova Colheita foi importante, pois possibilitou aproximação maior com a realidade desses agricultores que conquistaram suas terras por meio de luta e buscam uma forma de desenvolvimento e de sobrevivência de suas famílias. Observou-se que o associativismo e o cooperativismo postos em prática neste projeto, na experiência prática da plantação da ameixa, figo e amora, trazem esperança de dias melhores aos participantes. A gestão do projeto precisa estar atenta para não frustrar essas expectativas.

Com este estudo foi possível ainda identificar as dificuldades da vida no campo na percepção dos entrevistados, que requerem a atenção da Coopermoc e da gestão pública dos municípios nos quais se situam os assentamentos. As mais citadas foram:

- a) terras pouco produtivas, e muitos dos entrevistados tiveram que optar pelo melhor pedaço de terra para poder plantar as frutíferas;
- b) ter mais opções de lazer nas comunidades, como incentivo para os jovens continuarem no campo ajudando a família;
- c) melhorar as estradas, para que consigam ter melhor qualidade de vida e, quando precisarem ir até as cidades próximas, seja de forma mais rápida e eficaz;
- d) que o acesso à saúde seja mais fácil, e que, para isso, não tenham que se deslocar para as cidades, e sim serem atendidos dentro do próprio assentamento;
- e) que sejam tomadas medidas mais eficazes para que a água em alguns assentamentos chegue rapidamente e que auxilie na produção desses assentados, não oferecendo gastos maiores a essas pessoas.

Este estudo tem também limites, tais como o seu alcance, uma vez que nem todos os assentados que fazem parte do Projeto foram ouvidos pelo questionário ou pela entrevista, fato gerado pela indisponibilidade de tempo ou por dificuldade de acesso a eles.

Como possibilidades de estudos futuros aponta-se continuar estudando e compreendendo a percepção dos integrantes do projeto Nova Colheita em relação ao novo Projeto, realizando comparações entre eles. Pode-se também captar a percepção das 20 famílias que farão parte do novo Projeto, sua integração com os participantes mais antigos, acompanhando o desenvolvimento desse processo. Outra frente de investigação pode se

dar nas consequências das atividades mistas dos assentados: na agricultura e nas fábricas da região. Os resultados destes estudos podem contribuir para a melhor gestão desse importante projeto de geração de renda com os assentados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. A metodologia sistêmica na geografia agrária: um estudo sobre a territorialização dos assentamentos rurais. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 1, jun. 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresa**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.
- MELGAREJO, Leonardo. O desenvolvimento, a reforma agrária e os assentamentos: espaços para a contribuição de todos. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 1-11, out./dez. 2001.
- MORAIS, Edson Elias de et al. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. n.105, p. 67-88, 2011.
- MST - MOVIMENTO SEM TERRA. **MST: Lutas e Conquistas**. 2. ed. 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>>. Acesso em: mar. 2013.
- PETROBRÁS. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br>>. Acesso em: 8 nov. 2012.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- REFORMA AGRARIA NO BRASIL. Disponível em: <<http://reforma-agraria-no-brasil.info/>>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- SALES, Celicina Maria Veras. **Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. 294 p.
- SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia Social**, Porto Alegre, v. 19, n. set, 2007.